

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFSM E O CICLO DE POLÍTICAS

Patrícia Brondani Pivetta ¹
Elisiane Machado Lunardi ²

RESUMO

A pesquisa aborda a formação inicial de professores e o Programa Residência Pedagógica (PRP), buscando responder à questão: como a política do PRP foi implementada/atuada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria- RS (UFSM)? Fundamenta-se na abordagem qualitativa, com perspectiva epistemológica no Ciclo de Políticas de Ball (2012) e colaboradores (apud MAINARDES, 2018), e foi realizada com as Docentes Orientadoras responsáveis pelo Programa no Curso de Pedagogia (CE/UFSM) e Professoras Preceptoras das escolas-campo participantes do Edital Capes nº 01/2020. O corpus de análise reuniu: publicações sobre a política (Contextos da influência e da estratégia política); documentos orientadores e legislação (Contexto da produção do texto); e depoimentos sobre a política (Contextos da prática e dos resultados/efeitos). As entrevistas semiestruturadas foram analisadas por meio da Análise Textual Discursiva, proposta por Moraes e Galiuzzi (2016). Os resultados indicaram que, nos Contextos da influência e da estratégia política, acordos internacionais foram decisivos para a criação de políticas de formação inicial de professores no Brasil; no Contexto da produção do texto, identificaram-se concepções subjacentes aos documentos do PRP em diferentes governos; e, nos contextos da prática e dos resultados/efeitos, o PRP no Curso de Pedagogia da UFSM atingiu seus objetivos. Conclui-se que o PRP, nesse curso, não foi simplesmente implementado, mas “atuado”, conforme a Teoria da Atuação de Ball (2012 apud MAINARDES, 2018), já que houve modificações no texto da política pelos atores que a executaram, seja pelas concepções vinculadas à prática como professores alfabetizadores, seja pela forma de interpretar e traduzir a política no contexto de atuação.

¹ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGE/UFSM (2024). Mestra em Educação pelo Programa de Pós- Graduação em Educação - PPGE/UFSM (2023). Especialista em Gestão Educacional/UFSM (2005). Graduada em Pedagogia - Habilitação Séries Iniciais e Matérias Pedagógicas do 2 grau e Habilitação em Educação Infantil /UFSM (2002). Atuou como Professora Preceptora do Programa Residência Pedagógica - Pedagogia/Alfabetização, junto a Universidade Federal de Santa Maria, sob Editais Capes nº 01/2020 e nº 24/2022. Pesquisadora do grupo REDES/UFSM no projeto intitulado Políticas Públicas e Gestão Educacional: a pesquisa acadêmica e profissional em educação implicada com a educação básica e/ou superior. Atua como professora de Anos Iniciais na Escola Municipal de Ensino Fundamental Lívia Menna Barreto- Santa Maria. patriciabrandanipivetta@gmail.com

² Doutora em Educação (PUCRS). Mestra em Educação (UFSM). Especialista em Administração e Supervisão Escolar (UFSM). Graduada em Pedagogia (UFSM). Professora Adjunta do Departamento de Administração Escolar (ADE), do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Pós-graduação em Educação Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG). Coordenadora institucional do Programa de Iniciação à Docência(PIBID/UFSM). Docente permanente do Programa de Pós Graduação em Educação -UFSM(PPGE). Líder do grupo REDES/CNPq de Estudos e Pesquisas em Políticas e Gestão Educacional. Participa da Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior (RIES) com foco de pesquisa na organização de conhecimentos sobre Educação Superior nos campos das políticas, práticas pedagógicas e formação de professores. Participa da Rede Iberoamericana de Estudos e Pesquisas de Políticas e Processos de Educação Superior (RIEPPES). elisianemachadolunardi@gmail.com





Palavras-chave: Política educacional, Formação de professores, Programa Residência Pedagógica, Ciclo de políticas.

A ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
IX Seminário Nacional do PIBID

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de uma investigação desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A escolha da temática justifica-se pela participação ativa das autoras na implementação e no acompanhamento dessa política pública.

A formação de professores constitui um elemento fundamental na busca por uma educação de qualidade. Nesse sentido, o Programa Residência Pedagógica (PRP) insere-se como uma das ações da Política Nacional de Formação de Professores, tendo como propósito contribuir para a melhoria da educação no país por meio do aperfeiçoamento da formação inicial de docentes da educação básica nos cursos de licenciatura. Cabe salientar que, no Brasil, já existiram iniciativas com a mesma denominação; contudo, nesta investigação, o foco recai sobre o Programa Residência Pedagógica enquanto ação integrante da nova política de formação docente implementada a partir de 2018.

O PRP teve sua primeira edição no Edital Capes nº 06/2018, do qual o Curso de Pedagogia da UFSM não participou. Assim, o foco deste estudo é o Edital Capes nº 01/2020, que enfrentou diversos desafios, uma vez que o Programa foi estruturado com base em atividades presenciais nas escolas-campo, locus essencial para a formação docente.

Com o advento da pandemia da Covid-19, tornou-se necessário o isolamento social e, em 17 de março de 2020, o Ministério da Educação (MEC) publicou a Portaria nº 343, autorizando a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durasse a situação pandêmica. Em seguida, o Parecer CNE/CP nº 5, aprovado em 28 de abril de 2020, tratou da reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo das atividades não presenciais para o cumprimento da carga horária mínima anual.

Em consonância com essas medidas, a rede municipal de Santa Maria/RS publicou a Instrução Normativa nº 01, de 08 de maio de 2020, que regulamentou o trabalho remoto dos profissionais da educação durante a pandemia. Nesse cenário, a formação dos estudantes do curso de Pedagogia também foi impactada, pois a UFSM, assim como as demais Instituições de Ensino Superior (IES), precisou adaptar-se ao ensino remoto emergencial.

Os desafios foram inúmeros, especialmente no que se refere à falta de acesso às tecnologias e à internet de qualidade, tanto por parte dos alunos das escolas quanto dos





acadêmicos residentes do PRP. As desigualdades socioeconômicas evidenciaram obstáculos significativos para o desenvolvimento das atividades remotas, fato perceptível ao comparar as escolas-campo do mesmo núcleo: em uma, a maioria dos alunos tinha acesso à internet; em outra, apenas parte deles; e, em uma terceira, poucos alunos dispunham desse recurso.

Diante dessa realidade, a universidade e os coordenadores do PRP buscaram alternativas para manter o programa em funcionamento. Uma das principais dificuldades foi adaptar uma proposta concebida para o formato presencial às condições do ensino remoto. Dessa situação emergiu a questão central que norteia esta investigação: como a política do Programa Residência Pedagógica foi implementada/atuada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)?

Com base nessa problemática, o estudo teve como objetivo geral analisar como o PRP foi desenvolvido no Curso de Pedagogia da UFSM a partir do Edital Capes nº 01/2020. Como objetivos específicos: compreender os desafios enfrentados na implementação do RP durante o período pandêmico; identificar as estratégias adotadas para sua execução em formato remoto; e interpretar as percepções dos docentes orientadores e professores preceptores sobre a atuação do PRP no contexto das escolas-campo.

A pesquisa caracterizou-se como qualitativa, por compreender que, nesse tipo de abordagem, a subjetividade do pesquisador e dos sujeitos envolvidos constitui parte do processo de investigação e da própria produção dos dados.

O referencial teórico-metodológico ancora-se no Ciclo de Políticas de Ball (1992) e colaboradores (apud MAINARDES, 2018), que propõem a análise dos contextos de influência e estratégia política, produção do texto, prática e resultados ou efeitos das políticas educacionais. Segundo Mainardes (2006, p. 48),

[...] a abordagem do ciclo de políticas constitui-se num referencial analítico útil para a análise de programas e políticas educacionais e que essa abordagem permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação inicial até sua implementação no contexto da prática e seus efeitos.

Além disso, Ball, em entrevista citada por Mainardes e Marcondes (2009, p. 304-305), destaca um aspecto essencial: “[...] o ciclo de políticas é um método. Ele não diz respeito à explicação das políticas. É uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas.”

No Brasil, o campo de pesquisa em políticas educacionais é relativamente recente, o que torna relevante a utilização da abordagem do ciclo de políticas como instrumento analítico. Foi apenas em 2006 que Jefferson Mainardes publicou, em língua portuguesa, uma síntese da proposta teórica de Ball e colaboradores, o que possibilitou a difusão dessa





abordagem no país e impulsionou o desenvolvimento de estudos que passaram a adotar esse referencial teórico-metodológico.

Participaram da pesquisa cinco **atores**, sendo estes entendidos como “[...] as pessoas que colocam a política em prática no seu contexto de atuação, a partir da interpretação do texto da política em vigor” (PIVETTA, 2023, p. 24): duas docentes orientadoras da UFSM e três professoras preceptoras da rede municipal de Santa Maria, que atuaram no PRP vinculado ao Edital Capes nº 01/2020. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas de forma online, via Google Meet, com duração média de uma hora, gravadas e transcritas para análise. A escolha do núcleo investigado deu-se pela participação direta da autora no contexto da política do PRP, o que possibilitou uma compreensão mais profunda sobre a atuação do Programa em diferentes realidades escolares.

Para a construção dos dados, foram utilizadas técnicas de construção de dados: Estado do Conhecimento (com 14 trabalhos sobre o PRP), análise documental (editais Capes, projetos institucionais, subprojetos e legislações) e entrevistas semiestruturadas.

Para a interpretação dos dados, utilizou-se a Análise Textual Discursiva (ATD), conforme proposta por Moraes e Galiazzi (2021), que se caracteriza como uma abordagem interpretativa voltada à compreensão e reconstrução de conhecimentos sobre os temas investigados. A ATD valoriza a subjetividade dos participantes e dos pesquisadores, reconhecendo a linguagem como mediadora essencial na construção e reconstrução dos significados atribuídos aos fenômenos estudados.

Nesse sentido, o corpus da pesquisa foi composto por produções textuais elaboradas pelos participantes (entrevistas transcritas) e documentos institucionais do PRP, bem como pelo levantamento bibliográfico e documental realizado. Assim, o estudo busca compreender de que modo o Programa Residência Pedagógica foi implementado/atualizado no Curso de Pedagogia da UFSM, considerando as condições impostas pela pandemia e os desafios inerentes à política de formação docente em tempos de ensino remoto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que tange aos contextos de influência e de estratégia política, a pesquisa evidenciou que a criação de políticas de formação inicial de professores no Brasil foi significativamente influenciada por acordos internacionais e pela dinâmica da globalização econômica.





“A globalização econômica mundial também influencia a área educacional, na medida em que coloca os sistemas educacionais em concorrência para atrair investimento direto e empresas multinacionais”, segundo Akkari (2017, p. 940). O autor ressalta ainda que os agrupamentos econômicos regionais estimulam os Estados membros a harmonizar suas políticas educacionais, e que as redes de informação permitem que avanços e resultados de pesquisas educacionais circulem em todo o mundo. Dessa forma, Akkari (2017, p. 940) conclui que as “[...] organizações internacionais contribuem para a formulação de políticas nacionais de educação.”

Observou-se que a globalização coloca os sistemas educacionais em competição, incentivando a harmonização de políticas educacionais entre Estados e estimulando a incorporação de práticas internacionais. Ademais, os dados indicam que a circulação de informações e resultados de pesquisas educacionais em âmbito global contribui para a formulação de políticas nacionais. Nesse contexto, as políticas públicas educacionais surgem como respostas a problemas coletivamente relevantes, demonstrando intencionalidade pública na tentativa de promover melhorias na educação básica.

No contexto da produção do texto, a análise dos documentos e da literatura revelou que a concepção e a implementação do Programa Residência Pedagógica (PRP) foram centralizadas nas instâncias federais, especialmente no Ministério da Educação (MEC), com limitada participação das Instituições de Ensino Superior (IES) na definição da política. O PRP foi lançado em outubro de 2017, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores, com o objetivo de fortalecer a formação inicial docente, integrando teoria e prática, promovendo a articulação entre universidades e escolas de educação básica e ampliando a qualidade do ensino e do aprendizado dos estudantes. A justificativa para o programa apontava que a valorização e a qualidade do professor são determinantes para a melhoria da educação, independentemente das desigualdades socioeconômicas.

Esse Programa traz uma nova proposta a partir do já conhecido PIBID, como a formação do estudante do curso de graduação, que terá estágio supervisionado, com ingresso a partir do terceiro ano da licenciatura, ao longo do curso, na escola de educação básica. O programa tem como principal objetivo aprimorar a qualidade da formação inicial docente e possibilitar uma avaliação mais efetiva dos futuros professores, os quais contam com acompanhamento periódico durante o percurso formativo. Além disso, o PRP estabelece como requisito a parceria entre instituições formadoras e redes públicas de





ensino.

Em relação à operacionalização do PRP, Feitosa et al. (2022, p. 115) destacam que o programa

[...] foi totalmente elaborado no âmbito do governo federal, no que se refere às diretrizes de funcionamento, à carga horária, ao tipo de atividade desenvolvida pelos residentes nas escolas, à composição dos grupos de residentes, às parcerias com secretarias de educação e à gestão das bolsas de auxílio financeiro aos participantes.

De acordo com os mesmos autores, às Instituições de Ensino Superior (IES) foi atribuída apenas a função de execução das ações e da logística de operacionalização do programa, o que inclui a seleção dos docentes orientadores, das escolas, dos preceptores e dos residentes. Essa configuração, segundo Feitosa et al. (2022, p. 115), gera apreensão nas coordenações institucionais, uma vez que “a falta de visão de conjunto do programa, a centralidade das decisões pelo órgão federal, a ausência de comunicação adequada e a apresentação de normas ao longo do processo dificultam o trabalho de gestão nas IES.”

O programa estruturou modalidades de bolsa para residentes, coordenadores institucionais, docentes orientadores e preceptores. Apesar da centralização das decisões pelo governo, o PRP buscou fortalecer a colaboração entre IES e escolas, promovendo a articulação entre teoria e prática, ainda que a participação das IES tenha se restringido principalmente à implementação das ações previstas.

Nos contextos da prática e dos resultados ou efeitos, a análise das entrevistas com os atores do Programa Residência Pedagógica (PRP) evidenciou quatro dimensões centrais de sua implementação/atuação e efeitos nos contextos da IES e das escolas-campo.

1) O PRP na pandemia: posicionamento dos professores diante da política de governo nos contextos da IES e da EEB.

O Programa Residência Pedagógica (PRP), regulamentado em 2018, foi recebido com resistência inicial pelos docentes do Curso de Pedagogia da UFSM. As professoras orientadoras relataram divergências quanto às concepções de alfabetização presentes no programa, especialmente por contrastarem com o PNAIC, considerado um projeto exitoso no campo da alfabetização. As críticas se intensificaram após a instauração da Política Nacional de Alfabetização (2019), vista como um retrocesso por desconsiderar os avanços anteriores.





Além das divergências ideológicas, houve tensões internas sobre a equivalência entre o PRP e o estágio supervisionado. Parte dos professores temia que o programa substituisse o estágio, o que gerou debates acalorados nos colegiados. A Docente Orientadora B destacou a resistência do curso em aderir ao PRP por conta da falta de previsão nos PPCs, enquanto a Docente Orientadora A reconheceu que o programa oferece experiências significativas de docência, embora defenda que ele não substitua o estágio, sendo válido apenas como Atividade Complementar de Graduação (ACG).

Com o avanço da pandemia em 2020, o PRP precisou ser reorganizado para o formato remoto, o que trouxe novas incertezas e desafios. As docentes relataram o esforço em convencer o colegiado e o NDE sobre a importância do programa e, posteriormente, em adaptar suas ações à nova realidade.

Nas escolas de educação básica (EEB), a recepção ao PRP foi mais tranquila. As professoras preceptoras relataram que a gestão escolar foi fundamental para o acolhimento da proposta, promovendo um ambiente colaborativo e democrático. Algumas professoras mostraram resistência inicial, especialmente pela insegurança quanto ao ensino remoto, mas outras acolheram o programa como apoio pedagógico essencial, especialmente no processo de alfabetização de crianças em contextos mais vulneráveis. As residentes foram vistas como um reforço importante no trabalho docente e na formação compartilhada.

De modo geral, os depoimentos revelam que, embora o PRP tenha sido marcado por tensões políticas e institucionais na universidade, nas escolas ele foi vivenciado como espaço de cooperação, aprendizado mútuo e fortalecimento da prática docente, mesmo diante dos desafios impostos pela pandemia.

2) A prática docente e a interpretação do texto da política do programa: novas possibilidades diante do ensino remoto.

Durante o Edital Capes nº 01/2020, o Programa Residência Pedagógica (PRP) precisou adaptar-se ao ensino remoto devido à pandemia, alterando a forma como suas atividades, originalmente presenciais, eram planejadas. Essa mudança possibilitou a inclusão inédita de estudantes da Educação a Distância (EAD), promovendo a integração entre acadêmicos dos cursos diurno, noturno e EAD e fortalecendo o diálogo entre universidade e escolas-campo.





As docentes orientadoras e professoras preceptoras desempenharam papel central na mediação das atividades, organizando reuniões e planejamentos para alinhar a prática dos residentes com os professores das escolas, garantindo que o PRP não se confundisse com os estágios supervisionados. O acompanhamento próximo possibilitou ajustes, realocações e esclarecimentos sobre funções, consolidando a prática colaborativa entre os atores.

A experiência revelou diferentes concepções de alfabetização entre os professores das escolas-campo, exigindo que os residentes refletissem criticamente sobre suas práticas e as observadas, promovendo aprendizagem reflexiva e diálogo construtivo. Assim, o PRP, mesmo em formato remoto, manteve seu papel de aproximar teoria e prática, fortalecendo a formação inicial dos futuros professores por meio da reflexão crítica e da colaboração com os contextos escolares.

3) O PRP e os atores nos contextos das escolas-campo: desafios emergentes no decorrer da pandemia.

A prática docente durante o PRP revelou que, mesmo em formato remoto, os residentes mantiveram o desenvolvimento de competências profissionais, utilizando tecnologias digitais e refletindo criticamente sobre seu papel enquanto futuros professores. O diálogo constante entre docentes orientadoras, preceptoras e residentes emergiu como elemento fundamental para a efetividade da formação, promovendo estratégias colaborativas que adaptaram o ensino às condições emergentes.

4) O processo formativo no lócus de atuação docente: a interlocução entre a teoria e a prática e suas possibilidades para a formação inicial e continuada dos professores.

No lócus de atuação docente, o PRP proporcionou a aproximação entre teoria e prática, promovendo imersão no cotidiano escolar, participação em aulas, reuniões pedagógicas e acompanhamento das dinâmicas escolares. Essa experiência contribuiu para a consolidação da identidade profissional dos licenciandos, estimulou a reflexão crítica e a prática colaborativa e incentivou a formação continuada de residentes e professores preceptores.

Adicionalmente, os dados indicam que a consolidação do PRP depende da consistência institucional, da articulação entre universidade e escolas e da visibilidade das práticas exitosas. A construção de uma cultura sólida de formação docente depende da





permanência do programa e do reconhecimento dos resultados pelos atores envolvidos e pela comunidade escolar.

Dessa forma, o estudo evidencia que o PRP, mesmo em contextos adversos como a pandemia, cumpre papel significativo na formação inicial e continuada de professores, promovendo aprendizagens colaborativas, reflexivas e alinhadas às demandas reais da educação básica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise do Programa Residência Pedagógica (PRP) sob a perspectiva do ciclo de políticas de Ball (1992) e colaboradores (apud MAINARDES, 2018), foi possível compreender os múltiplos contextos que influenciam a formulação e a atuação de políticas educacionais: Contextos da influência e da estratégia política, Contexto da produção de texto e Contextos da prática e dos resultados ou efeitos. A investigação demonstrou que esses contextos estão em constante interação, evidenciando a circularidade e a dinâmica das políticas públicas.

Nos Contextos da influência e da estratégia política, observou-se que acordos internacionais desempenharam papel decisivo na criação de políticas voltadas à formação inicial de professores no Brasil, estimulando mudanças no cenário educacional e alinhando o país a padrões e métricas globais. Já no Contexto da produção do texto, a análise dos documentos, leis e resoluções revelou as concepções subjacentes aos textos do PRP e os objetivos pretendidos pelo Estado, refletindo o compromisso com a melhoria da qualidade da formação docente.

Nos Contextos da prática e dos resultados ou efeitos, os depoimentos dos atores indicaram que o PRP foi efetivamente “atuado” (BALL, 2012 apud MAINARDES, 2018), sofrendo adaptações conforme as interpretações e concepções de professores, docentes orientadores e residentes. Essa atuação demonstrou a flexibilidade e a complexidade da implementação do Programa, evidenciando desafios e estratégias de superação que surgiram nos diferentes lócus de atuação, especialmente diante do contexto da pandemia de Covid-19.

Como resultado, o estudo indicou que o PRP cumpre papel estratégico na formação inicial e continuada de professores, promovendo o entrelaçamento entre teoria e prática, a reflexão crítica e a colaboração entre universidade e escolas. Conclui-se que, para garantir a continuidade e o fortalecimento do Programa, é essencial que ele seja consolidado como





política de Estado, assegurando sua permanência e ampliando seu impacto na construção de uma cultura sólida de formação docente em articulação com a educação básica e superior.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189154956012.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2023.

BRASIL. **Edital nº 01, proposto pela portaria CAPES nº 259, de 17 de dezembro de 2019.** Chamada Pública para apresentação de propostas no âmbito do Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/06012020-edital-1-2020-resid-c3-aancia-pedag-c3-b3gica-pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 5.** Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1450_11-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 abr. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 343, de 17 março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus- COVID-19. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm. Acesso em: 08 abr. 2023.

FEITOSA, Arisdélia Fonseca; GEGLIO, Paulo César; CAMAROTTI, Maria de Fátima; ZÁRATE, Eliete Lima de Paula. **Programa de Residência Pedagógica na formação inicial e continuada de professores:** reflexões acerca de sua operacionalização. *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 35, n. 115, p. 111-123, set./dez. 2022.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da Política Educacional. **Jornal de Políticas Educacionais.** v. 12, n. 16. agosto de 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217>. Acesso em: 02 fev. 2023.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol.27, n.94, p.47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvXyYtCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 fev. 2023.





MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen J. Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. 3. ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2016. 264 p. ebook. Disponível em: <https://www.editoraunijui.com.br/meus-ebooks/2250#4>. Acesso em: 10 abr. 2023.

PIVETTA, Patrícia Brondani. **Programa Residência Pedagógica na formação inicial de professores no curso de Pedagogia da UFSM: uma análise a partir do ciclo de políticas**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31212>. Acesso em: 10 out. 2025.

SANTA MARIA. **Instrução Normativa nº 01, de 08 de maio de 2020**. Disciplina o trabalho remoto dos profissionais de educação, enquanto durarem os efeitos da Pandemia e dá outras providências. Disponível em: <https://santamaria.rs.gov.br/arquivos/baixar-arquivo/conteudo/D06-1009.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

